

## O QUE RESTA DA REVOLUÇÃO RUSSA?

### O problema da revolução na filosofia de Deleuze e Guattari

Rafael Felgueiras Rolo<sup>1</sup>  
Daniel Carneiro Leão Romaguera<sup>2</sup>

**RESUMO:** A revolução russa, face a toda a imponência dos fatos que a determinaram e que ainda determinam a atualidade, é considerada à luz da contribuição político-filosófica de Deleuze e Guattari. Pretende-se fomentar mudança de perspectivas na consideração dos eventos históricos de 1917, de modo a superar a preocupação face aos devires da revolução, em favor da esquizo-análise dos devires revolucionários. A revolução russa, passados mais de 100 anos ainda permanece como importante e prenhe evento histórico, motivo pelo qual entende-se que a elucidação de determinados pontos do pensamento de Deleuze e Guattari a respeito são essenciais para destravar novas virtualidades e potências na atualidade.

**Palavras-chave:** Revolução Russa – Devires Revolucionários – Materialismo Histórico-Maquínico – O Intempestivo.

**ABSTRACT:** The Russian revolution, considering the grandiosity of the facts that have conditioned it in the past and continue to condition it in present time, is considered in the light of Deleuze and Guattari's political philosophy. This essay aims to foster a perspective change in the analysis of the historical events of 1917, in order to supersede theoretical worries directed towards the becoming of revolutions, in favor of a schizoanalysis of revolutionary becomings. The Russian revolution, after more than 100 years, continues to be an important and pregnant historical event. For this reason, the clearing of specific points in Deleuze and Guattari's thought related to the subject are essential elements to unlock new and actual virtualities and powers.

**Keywords:** Russian Revolution – Revolutionary Becomings – Historical-Machinic Materialism – The Untimely.

## 1. INTRODUÇÃO

Se a revolução é impossível (DELEUZE; PARNET: 1996, 173), deve ser considerado, com não menor força de razão, que o século XX é marcado em toda sua extensão pelos idos de 1917. Se a Revolução Russa deve ser entendida como a série de eventos políticos que compreendem a queda do regime imperialista do Czar e a tomada do poder pelos Bolcheviques com a consolidação do governo socialista soviético (WERTH: 2012;

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional da PUC-RIO. Estudante visitante na University of London – Birkbeck. Mestre em Direito Processual pela UERJ. Londres, Reino Unido. E-mail: [rafaelrolo1986@hotmail.com](mailto:rafaelrolo1986@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional da PUC-RIO. Mestre em Direitos Humanos pela UNICAP/PE. Período de Mestrado-Sanduiche na UNISINOS/RS. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: [danielromaguera@hotmail.com](mailto:danielromaguera@hotmail.com)

MIÉVILLE: 2017; LOSURDO: 2015), não se poderia desconhecer seja suas condições determinantes, seja suas consequências histórico-políticas, que assumem a feição do trágico, mesclados elementos apolíneos e dionisíacos. A dificuldade de análise dos eventos ocorridos há 100 anos assume ares não menos trágicos, ao se afirmar que 1917 estabeleceu, historicamente, a primeira grande revolução do proletariado, em conformidade ao ideário marxista, no Século XX (WERTH: 2012, 38/54; MIÉVILLE: 2017, 33/42), sem nunca ter sido propriamente “terminada”. O foco na determinação do sucesso ou fracasso da revolução russa parece preocupar (não menos que *pré-ocupar*, diga-se) uma certa historiografia do século XX.

A partir do ponto de vista da filosofia de Deleuze e Guattari, entretanto, tal questão perde vigor e brilho. Importa, filosoficamente, pôr o problema em sua crueza e violência, de modo a contestar o mal fundamento da própria alternativa sucesso/fracasso. É imprescindível apontar para a mudança de sentido dos debates e, fugindo da maior ou menor boa vontade da discussão em torno do “futuro da revolução”, partir para a crítica da própria legitimidade dessa questão assumidamente histórica. Afinal, se a revolução é da ordem do impossível, não menos verdade que a pergunta pelo devir da revolução *impede, evita, bloqueia*, ou, para utilizar termo mais adequado em sua crua literalidade, *retarda* que o problema em torno dos devires revolucionários assumam a consistência que lhe cabe *de jure* (DELEUZE; PARNET: 1996b). Soçobram aqueles que, por já conhecerem a posteridade dos eventos de 1917, rebatem as dimensões empíricas dos fatos e ocorrências históricas sobre um campo do supostamente transcendental, tomando a consequência pela condição e transformando o próprio ideário revolucionário em uma espécie de *projeto* elaborado por uma mente (autoproclamada) privilegiada que teria, em meio à convulsão social, se espalhado para camadas cada vez mais amplas da sociedade russa. Perspectiva verdadeiramente anacrônica da história que, todavia, contrapõe-se ao intempestivo da própria revolução.

É possível apontar ao fato de a revolução russa não ter tomado consistência senão a partir de uma especial conjugação de fluxos reprimidos (fluxos de desejo, de capital, de mercadorias, de armas, de tropas, enfim), ante a incapacidade de qualquer dos atores sociais superar de modo decisivo as condições paralisantes de seu próprio campo político (o governo do Tzar, pela burocracia, pelo esforço de guerra e pela própria incompetência; a oposição liberal, pelo receio de criar um vácuo político propício à ascensão da extrema esquerda ao poder; a oposição de esquerda, pelas inúmeras e bem conhecidas divisões

internas [WERTH: 2012, 80]). Antes de ser um projeto de uma consciência privilegiada, a revolução foi ganhando consistência pouco a pouco, agenciada *de facto* por formações pré-subjetivas (sujeitos larvares, corpo sem órgãos – essa talvez seja a principal diferença entre os *Soviets* de 1917 e aqueles de 1905 [*Idem*, 88/89]), responsáveis diretos pela convulsão de outubro (tão mais diretos quanto mais efêmeros, espontâneos, indícios de uma composição nômade).

A discussão em torno dos possíveis que, no fundo, é aquela pelo devir da revolução (claramente limitada à produção de uma escatologia), é responsável por uma espécie de domesticação do *caosmo* ínsito aos movimentos revolucionários. Isso pois os possíveis somente podem ser determinados *retrospectivamente* (BERGSON: 2014, 145). O tempo dos possíveis surge não raras vezes determinado por lântido “deveria ter sido”, conforme exigências da representação e seus conseqüências lógico-políticas, de qualquer modo incapazes de compreender a realidade do movimento revolucionário na medida em que insistem em lhe impor condicionantes externas. É necessário esgotar/esvaziar (*épuiser*) essa lógica de possíveis (DELEUZE: 1992, 57 e ss.), sair do regime de signos capaz de impor tal *Nachträglichkeit* neurótica para, somente assim, partir do inexorável *impossível* o qual, todavia, não aguarda nada nem ninguém para se realizar. Afastando-se do plano apolíneo, importa propor uma visada dionisíaca, imanente. Por essa razão, afirma-se que a revolução não pode ser terminada. A revolução não possui *terminus* exterior e transcendente a lhe determinar um sentido *préalable*. Na condição de evento, a revolução permanece o impensado que deve ser pensado (daí a dificuldade de precisar o começo e o fim do ano de 1917). O *terminus* somente pode ser pensado em sua condição *a posteriori*, quando da leitura de determinados aspectos dos acontecimentos históricos, sem, de forma alguma, corresponder ao sentido desses mesmos eventos.

A ideia é, a partir dos acontecimentos de 1917, traçar o problema da revolução como evento a partir da conjuração das virtualidades que ali se encontravam latentes, em aberta oposição à proposta analítica que sugira seu enlace como forma-modelo especialmente determinada à produção de efeitos mais ou menos controlados e previsíveis. Renegam-se as leituras históricas que tendem a se preocupar excessivamente com o sucesso da revolução ou apontar seu fracasso, limitando-se a avaliá-la como modelo ou instituição política dotada de certas características necessárias ou essenciais. Se essa perspectiva histórica é incapaz de pensar o *Grau in Grau* do evento, importa à crítica propriamente

filosófica revelar o potencial de toda sorte das diferenças formigantes e cheias de vida que irrompem *in acto*, sempre revolucionando (só o gerúndio lhes parece justificado).

Nesse sentido, a revolução russa carece de ser pensada em termos de processos desejanter e desterritorializações constantes, de modo a permitir compreender o evento em suas conexões e conjunções de fluxos que conduzem à tomada de consistência do movimento revolucionário, atentando às linhas de fuga e todos os riscos e perigos envolvidos. Ora, na revolução, tudo foge *violentamente* para todos os lados, de modo que as linhas de fuga, rapidamente, tornam-se linhas de abolição. Se o verdadeiro problema revolucionário é aquele da *organização* (DELEUZE; PARNET: 1996a, 174), importa considerar, no específico caso da revolução russa, o sentido filosófico e político da conjugação entre aparelhos de Estado e máquinas de guerra nômades, que permitiu a consolidação do regime soviético cinco anos mais tarde, em 1922. De fato, são inúmeras as leituras realizadas sobre o tema, em especial, pelas diversas correntes do pensamento marxista, preocupadas com as dinâmicas atuais do sistema capitalista e as possibilidades de resistência a seu domínio. No sentido de contribuir minimamente para esse debate, propõe-se pensar a Revolução Russa e seus desdobramentos a partir do pensamento político de Deleuze e Guattari e seu “materialismo histórico-maquínico” (SIBERTIN-BLANC: 2013).

Conforme a essa pretensão, o artigo será dividido em três seções ou tópicos. Inicialmente, a ideia é estabelecer os traços da revolução como problemática filosófica. Em seguida, serão feitas considerações sobre os eventos da Revolução Russa e seus desdobramentos. Ou seja, partindo do denominado plano de imanência, pretende-se compreender como a Ideia de revolução se constitui como problema, estabelecendo uma multiplicidade de relações entre pontos singulares que, todavia, devem ressoar e reverberar em um espaço-tempo estratigráfico, em que as coordenadas do antes e depois, do cima e baixo, da direita e esquerda, enfim, são *superpostas umas as outras* para em seguida cristalizarem um outro campo de possíveis que não preexiste ao evento (DELEUZE; GUATTARI: 1991, 60). No último tópico, o desenvolvimento das seções anteriores será posto em perspectiva de modo a impor a necessidade de pensar o papel da ação política revolucionária no século XXI. A pretensão, quando do tópico final, está em dimensionar o *impossível* da revolução na contemporaneidade. Afinal, se é verdade que todas as revoluções apontam para sua linha de abolição (Inglaterra – Cromwell [ou May?],

França – Napoleão [ou Macron?], Estados Unidos – Reagan [ou Trump?], Rússia – Stálin [ou Putin?]), não menos verdade que isso nunca as impediu (DELEUZE; PARNET: 1996b).

## 2. O PROBLEMA DA REVOLUÇÃO EM DELEUZE E GUATTARI

A revolução é comumente pensada como a ruptura de um modelo político que modifica a estrutura de Estado. Em diversas leituras, o evento revolucionário se insere, inobstante, como elemento específico e datado em função de uma compreensão linear do tempo, pressuposta por determinada concepção de “progresso histórico”. Essas leituras ingênuas, porém, pecam pela *falta de consistência*, pois, fixadas no suposto oferecido pelos “dados históricos” que selecionam cuidadosamente, buscam encontrar uma linearidade temporal *de facto* que, não obstante, já foi destituída *de jure* pela própria condição intempestiva do fenômeno revolucionário. Tal como a busca por um Eldorado mítico, esses desbravadores inusitados almejam fazer com que a realidade seja capaz de dar conta de suas ilusões, rebatem o empírico sobre o transcendental e permanecem, em suma, incapazes de desbravar os arredores da própria “imagem dogmática do pensamento” que cultivaram com tanto afínco (DELEUZE: 1969, 200/201).

A filosofia de Deleuze e Guattari segue caminho diverso. Fugindo das armadilhas lançadas por essa causalidade ingênuo (DELEUZE: 2016, 245), evitando “fazer figura” deste ou daquele evento empírico específico, supostamente apto a lançar-se às estruturas transcendentais, Deleuze e Guattari compreendem o evento revolucionário como *devenir*, inconfundível com a história das revoluções (*Idem*, 403). Em seu esforço conjunto, Deleuze e Guattari não buscam uma hipótese *autêntica* e *datada* de revolução. Na verdade, o problema do *autêntico* é deslocado e inserido na lógica do eterno retorno (a repetição da repetição, o conceito de diferença) (DELEUZE: 1969, 170), de modo a permitir pensar a revolução como *evento* (VAN DE WIEL: 2017) e sua temporalidade *out of joint*.

A consistência da revolução há de ser considerada pelos seus efeitos, pela criação de um *novum*, uma intempestividade contraposta a todo *hic et nunc*. O acontecimento revolucionário é caracterizado pela ruptura com a causalidade e a possibilidade de inventar um novo campo de possíveis (ZOURABICHVILI: 1998, 340), uma espaço-temporalidade revolucionária, algo da ordem do *erewhon* (DELEUZE: 1969, 165). A revolução não pode ser programada nem prevista, mas experimentada politicamente, irrompe na história, mas,

paradoxalmente, foge dela. É uma impossibilidade que se faz real, para além dos sistemas de referências estabelecidos.

O *effondrement* do eterno retorno revolucionário não implica o abandono das formas, mas a ressignificação das formas enquanto *relações de forças* (DELEUZE: 1986, 131). Assim, o que excede e afronta a inércia do *status quo*, impondo sua própria *dynamis*, é necessariamente selecionado nas intersecções das formas/forças concretas (DELEUZE: 1969, 60). É a partir dessa seleção que o *evento* se constitui como o absolutamente novo. Nesse sentir, imperioso atentar para os modos de organização de subjetividade e a transformação das condições sociais para que a revolução ganhe consistência (LAZZARATO: 2014, 23), o que é possível pela conjugação dos termos abrangentes das disposições do Capital e do Estado com uma micropolítica preocupada com as margens. Os poderes políticos e econômicos são inconcebíveis sem a produção de sujeição e subjetividades que determinam a posição social dos indivíduos (*Idem*, 17), de grande relevância no caso da revolução russa, quando toda uma guerra de subjetividades e disputas a respeito de sua produção se fez sentir. Ora, ao relacionar economia e subjetividade, Guattari reivindica a produção de subjetividade como essencial para a prática de um novo modo de militância política – inovação do paradigma estético e político (*Ibidem*, 19). Assim, com a revolução é preciso abrir terreno para a subjetividade, estender a inovação política às modalidades organizacionais de subjetividade, pois, “(...) para novas condições social, política e econômica deve emergir uma subjetividade correspondente, capaz de reconhecer e resistir a elas” (*Ibidem*, 16).

No nível molecular, a sociedade não se define especialmente por suas contradições internas (DELEUZE: 1969, 344/345), problema que parece residir numa compreensão estritamente macropolítica proposta por certo marxismo. O *socius* se define por linhas que estão para além de suas margens, algo que sempre foge ou escapa às dinâmicas de captura e segmentação, determinando e sendo determinado pela pretensão centralizadora e totalizante do Estado (SIBERTIN-BLANC: 2013, 196/197). É por isso que se faz necessário um “dever-revolucionário do povo, em todo nível, em todo lugar, ao invés do conceito marxiano de uma revolução que altera tudo pela captura do poder estatal e pelo estabelecimento de novas relações de produção” (PATTON: 2010, 85). Deleuze e Guattari realizam crítica a um certo marxismo, o qual parece desconsiderar a importância daquilo que Sibertin-Blanc denomina de uma “conceptualidade histórico-maquínica” capaz de dar conta da relação entre o Estado e a “máquina de guerra” (SIBERTIN-BLANC: 2013, 74). Ao

adotar a perspectiva do “materialismo histórico maquínico” (DELEUZE; GUATTARI: 1980, 542), partindo da crítica à possibilidade de uma “determinação em última instância econômica” (crítica que, reconhecidamente, já estava inserida no contexto do marco althusseriano [SIBERTIN-BLANC: 2010, 51/52]), Deleuze e Guattari propõem uma reapropriação dos conceitos de fetichismo (e, conseqüentemente, de ideologia) em Marx a partir da análise materialista da relação entre “produção de desejo” e “produção social”, levada a cabo a partir de 1972 (*Idem*, 54).

A filosofia política de Deleuze e Guattari, portanto, propõe uma leitura da revolução para além da ideologia e suas reduções, rechaçando a dissociação entre infraestrutura e superestrutura e, conseqüentemente, da realidade econômica e as dimensões sociais, da política e as práticas de controle estatal, das contradições sociais e as máquinas/agenciamentos. Contudo, sem perder de vista a preocupação marxista quanto aos domínios do Capital, caracterizado por transformações sociais e mudanças radicais em face das dinâmicas e funcionamento do regime capitalista.

### **3. SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA**

Deleuze, em uma de suas entrevistas para o que ficou conhecido como o seu “Abecedário”, afirma que todas as revoluções possuem um determinado elemento de fracasso (DELEUZE; PARNET: 1996b). Todas as revoluções podem ser compreendidas a partir da história de seus fracassos reiterados, como histórias da própria insuficiência dos projetos emancipatórios face à dinâmica de captura que já está em jogo desde antes de qualquer momento crítico. O interessante da análise dos eventos revolucionários em Deleuze e Guattari, porém, está no reconhecimento do fato inexorável perante o qual, a despeito de todos os fracassos históricos, revoluções ocorrem. O que isso quer dizer?

Talvez um fio condutor para a resposta possa ser pensado a partir do vínculo estabelecido entre *desejo* e *revolução*, conforme exigências de um “campo analítico materialista” capaz de envolver o problema em três dimensões, quais sejam: (i) a vinculação entre a produção social e a produção inconsciente a um conceito *unívoco* de produção (identidade de natureza); (ii) a compreensão de que, inobstante, essa unicidade é incapaz de obnubilar os regimes diferentes-diferenciadores que estruturam tanto os processos de desejo, como aqueles sociais (diferença de regimes); e (iii) a liberação das condições perante as quais a produção de desejo deve ser considerada imanente à

produção social e reciprocamente (espécie de envelopamento hiperbólico irreduzível a um determinante último) (SIBERTIN-BLANC: 2010, 18/20).

Que o desejo seja compreendido como revolucionário permite afirmar que é, então, “produtivo”. Não se trata somente de instância *expressiva* de algum complexo estruturante, capaz de castrar a diversidade das relações sociais a partir, por exemplo, dos papéis “reais abstratos” da lógica familiarista edipiana. Produção de produção, produção de circulação e produção de consumo... o desejo é capaz de inserir o produto na produção e quebrar segmentaridades sociais em favor de uma intencionalidade geral produtiva, sem sujeito, nem objeto. Conforme análise encontrada em *Anti-Édipo*, não é a *falta* que estrutura o desejo, mas a *produção*. Não é o *reconhecimento* (esse *soi-disant* universal: “aqui está mamãe e papai!”, ou o “era bem o proibido que eu queria!”) que permite a compreensão da economia do inconsciente e de sua relação com o social. Afinal, segundo o *paralogismo do deslocamento*, Édipo, antes de ser um “representante sublimado”, corresponde à imagem falsa de um “representado deslocado”, um produto da sublimação antes que seu pressuposto mais ou menos imediato (DELEUZE; GUATTARI: 1972, 140/141).

Tudo isso certamente possui uma dimensão essencial na compreensão das tensões entre o povo Russo e a figura “paternal” que Nicolau II pretendeu imprimir a sua própria pessoa – afinal, a revolução russa não foi *em geral* uma revolução “edipiana” (MIÉVILLE: 2017, 85), o que não impediu que uma captura posterior assolasse a sua herança, a despeito da presença de figuras histriônicas como Kerenski (*Idem*, 87) e de certa reserva inicial ao culto às personalidades revolucionárias (WERTH: 2012, 211). Que fique claro, contudo, que pensar a revolução russa a partir de *Totem e Tabu*, por exemplo, não seria certamente “equivocado”. Mais importante que imputar o equívoco da leitura edipiana, talvez, seria considerar quem poderia ser o “grupo-sujeito-revolucionário” *visado* por uma tal leitura. Certamente não seriam aqueles da revolução *in actu*.

Inobstante, se a abordagem psicanalítica tradicional não é desejável para as pretensões deste breve artigo, não se pode desconsiderar que produzir uma *schizo-análise* da revolução russa, passados mais de cem anos desde seu início, em fevereiro de 1917, não pode deixar de ser considerado um empreendimento arriscado, tamanha sua influência sobre a história do século XX, tamanhos os altos ou baixos conceitos que se possa ter deste ou daquele agente histórico, tamanha possa ser a agenda de cada um. Ademais, a tematização da revolução russa a partir da *schizo-análise* parece uma traição às intenções

tanto de Deleuze como de Guattari, como se compreende ao final de *Anti-Édipo*. Essa objeção somente pode ser superada, contudo, na medida em que se compreende o que de contemporâneo pode haver nesse debate. No fundo, a pergunta *schizo-analítica* legítima que a revolução russa pode *de jure* colocar para o século XX é: *A revolução russa (não) ocorreu?*

Da ordem de um “acontecimento puro”, a revolução russa é *inesgotável*. Abertura absoluta de possíveis que não preexistiram aos seus eventos determinantes. Confluência específica de fluxos (libidinais, de interesses, de classes, de grupos, enfim) que poderia certamente ter ocorrido de outra forma, mas, de fato, sucedeu como pôde, necessariamente. A história de fevereiro de 1917 certamente teria sido outra se, por exemplo, as águas do Rio Neva não estivessem congeladas (MIÉVILLE: 2017, 54). De fato, a revolução, com seus “estranhos gatilhos”, somente foi o que foi pela convergência de uma série de fatores impossíveis de antecipar. A revolução não foi fruto de um “projeto”, mas uma resposta ao evento. Misto de oportunismo e pragmatismo *tâtonnants*. Não foi obra de um espírito *voyeur*, mas a história fatural das lutas pelo domínio do tempo revolucionário por forças *voyantes*. Ainda quando dos eventos de 1905 até o “fato consumado” de fevereiro de 1917, sequer a esquerda russa (e aí incluindo todo o seu espectro) pensava estar preparada para uma revolução socialista (*Idem*, 36 e 52). Uma vez superada a primeira fase da revolução, com a tomada do palácio de inverno e a abdicação do Tsar, a sequência de hesitações da denominada *Intelligentsia* esquerdista no poder é estarrecedora. Foi necessário que, seis meses após os acontecimentos de fevereiro, uma tentativa fracassada de golpe, da parte do general Kornilov, apressasse decisivamente a história, cujas rédeas passariam às mãos de Lênin para não mais largar (WERTH: 2012, 111).

O motor da revolução não foi a “interesse de classe”, mas um “desejo de grupo”. Tal “desejo de grupo” (SIBERTIN-BLANC: 2010, 140), capaz de subordinar a produção social imediatamente e sem concessões à produção desejante, garante a inflexão da revolução sobre si própria. A revolução devém irreduzível na medida em que sua ambiguidade imanente é agente de uma reterritorialização absoluta, levando o próprio movimento a seus limites absolutos (efetiva “*promenade schizo*”). Em todo caso, o “interesse” é posterior (não temporalmente, mas *de jure*). É o interesse que exige a reterritorialização/termidorização da revolução. É na atualização desses interesses, os mais diversos, que o perigo *paranoico* opera.

Curioso é perceber a dinâmica operante dessa relação entre “consciência de classe” e o “inconsciente de grupo” no início da revolução, agenciados entre os polos *esquizofrênico* e *paranoico* dos regimes de produção. Nem mesmo o bolchevique mais otimista imaginaria que uma revolução socialista poderia ocorrer na Rússia daquela época. Lênin chega a falar, no início de 1917, que a tarefa de uma revolução socialista seria responsabilidade das “próximas gerações”. No máximo, a *Intelligentsia* revolucionária imaginava que a revolução russa poderia constituir uma “inspiração” para uma revolução socialista na Europa ocidental. Os mencheviques, por seu turno, ainda estavam apegados à condição “burguesa” dos eventos de fevereiro (MIÉVILLE: 2017, 109/110). Contudo, a despeito de todas as referências à “burguesia”, é interessante constatar como esse nome passou por uma reformulação após os atos que se seguiram ao Dia da Mulher.

O deslocamento “à esquerda” do espectro político é capaz de dar conta de todas as espécies de *hesitações* que se seguiram a fevereiro. Afinal, tamanho abalo sísmico permitiu que insólitas alianças fossem seriamente cogitadas (*Idem*, 109). Já em março, ninguém queria ser “burguês” (*Ibidem*, 113). A burguesia, “motor da revolução”, conforme o conto da carochinha contado por aqueles “mais à direita”, não encontrava suporte factual. Constituiu-se pouco a pouco como “lugar vazio” que, inobstante sua condição fantasmática, foi capaz de frear o ímpeto revolucionário por certo tempo. Devidamente estimulado, contudo, o “desejo de grupo” não encontraria resistências nos supostos “interesses de classe”, fundados nesse engenhoso *smoke and mirrors*. Foi necessário que as *Teses de Abril* caíssem como uma bomba sobre essa mesma *Intelligentsia*, para que a cláusula *postolku-poskolku* fosse literalmente abolida, não das instituições revolucionárias (o que só seria consumado em outubro), mas dos inconscientes da esquerda radical. Mais do que uma “contra-sugestão” legítima, as *Teses de Abril* são um evento a título próprio, no seio da Revolução.

Um processo de envelopamento hiperbólico estava em curso, perante o qual os rumos revolucionários foram traçados *in actu*. Após ter conseguido deslocar o Partido Bolchevique ainda mais para a esquerda, após abril, Lenin precisou apelar logo em seguida e sem sucesso à disciplina e paciência de seus camaradas, nos meses de junho e julho (WERTH: 2012, 106). Novamente, as hesitações dos bolcheviques e suas disputas internas atrasariam por mais algum tempo o curso da revolução (*Idem*, 109). Em todo caso, restava claro, na noite de cinco de julho, que as palavras de ordem “Todo poder aos soviets!” deixaram de ter sentido (MIÉVILLE: 2017, 188/189). Ainda seria necessário, contudo,

suportar o ostracismo e a tentativa de golpe orquestrada por Kornilov nos meses seguintes, até que a oportunidade se apresentasse novamente aos bolcheviques, no final de setembro.

A ressurreição do bolchevismo se deu face a uma efetiva composição de fluxos com uma massa ainda mais radicalizada e impaciente que aquela das “jornadas” de junho/julho. Camponeses famintos, soldados desertores, trabalhadores fabris armados, minorias nacionais postulando pela independência de suas regiões, enfim, face à insatisfação generalizada, o governo provisório foi sendo minado pouco a pouco, incapaz de gerir de modo minimamente eficaz as exigências sociais e o esforço de guerra ao mesmo tempo. Mesmo antes de retornar da Finlândia (para onde havia partido após a *débâcle* de julho), Lenin voltava a incitar à insurreição contra o Governo Provisório e a tomada do poder pelo Partido Bolchevique.

Não se pode negar a influência de Lenin no processo revolucionário que conduziu aos acontecimentos de outubro. Toda a questão da revolução é, em suma, a sua *organização* e, em especial, a respeito do *intempestivo* (DELEUZE; PARNET: 1996a, 174). Aceleração ou frenagem da *dynamis* revolucionária conforme a mudança da proporção entre velocidade e lentidão do corpo social – espinosismo feroz. *Qual o momento exato da revolução?* Muito cedo ou muito tarde e os fluxos revolucionários tomam *outra* consistência. Tudo deve cair no tempo certo em consonância com todo o demais. Lenin aprendeu lições importantes nos meses de fevereiro até setembro. Havia chegado o momento, em outubro, para que a tomada do poder fosse colocada na “ordem do dia”. Para tanto, consoma-se uma reprogramação da relação entre “desejo” e “interesse” em direção a um limite absoluto da revolução. A reprogramação na dualidade proletário/capitalismo, mediada pela “*forma-partido*” finalmente assumida pelos bolcheviques (com precedência, inclusive, sobre o Soviete de Petrogrado [MIÉVILLE: 2017, 196]), permitiu a recodificação dos movimentos sociais a partir de conotação *política* precisa o suficiente para integrar as diversas vias revolucionárias sob o projeto leninista, não mais limitadas a lutas setorizadas contra o capitalismo (SIBERTIN-BLANC: 2010, 135). Essa recodificação e seu duplo “mal-entendido” demonstrou sua eficácia e pregnância em outubro de 1917 (*Idem*, 135/137). Pregância, de fato, pois apesar do sucesso bolchevique em 1917, o ovo da serpente havia chocado.

#### 4. O QUE “RESTA” DA REVOLUÇÃO?

Questionar sobre o que, *de facto* ou *de jure*, ainda “resta” da revolução russa pode parecer um tanto presunçoso. Trata-se de um questionamento naturalmente antipático, independentemente do espectro político que um futuro leitor (esse “*quiconque*” como problemática universal) possa se inserir. De fato, com uma tal questão, não se visa agradar alguém. Trata-se, entretanto, do intempestivo a ser pensado.

Afinal, por que colocar o foco na análise do “resto”? Pensando com Deleuze, se o *fenômeno-evento* é nada menos que um *signo*, responsável pela comunicação de ordens disparates em um sistema “sinal-signo” (verdadeira máquina abstrata), pode-se afirmar que tudo o que chama a atenção, i.e., aquilo que *de jure* exige o pensamento, em especial no que diz respeito à revolução russa, é da ordem da *diferença* como *intensidade*, ou melhor da “diferença de intensidade”. Perceba-se, porém, que a diferença não são os dados, mas aquilo perante o qual os dados podem ser dados. Como tal, porém, a diferença, esse “*númeno mais próximo do fenômeno*” (DELEUZE: 1969, 286), é absolutamente antipática e insuportável. Não haveria “mundo” se os cálculos de Deus fossem sempre “justos”. O mundo é propriamente marcado por um “resto” inassimilável (*Idem*, 286/287). O que “resta” é, propriamente, aquilo que merece ser questionado. O evento é *fluxo absoluto*, disparidade (*disparité*) imanente e desaparecimento (*disparition*) de toda certeza de um “si mesmo” (*Ibidem*, 286/287). Inobstante o fluxo selvagem do evento, Deleuze atesta: “*Partout l’Écluse*” (*Ibidem*, 286). Os processos de estriamento do espaço, de controle desses fluxos rebeldes constituem a principal questão para uma militância revolucionária. Esse diagnóstico é radicalizado a partir de 1972. É essa radicalização que impõe o debruçar-se sobre a obra de Deleuze e Guattari nos 100 anos da Revolução Russa.

Naquilo que cabe ao presente trabalho, importa destacar que está em jogo não a interpretação de fatos passados e ocorrências datadas, mas a disputa do presente. Não há leitura conclusiva da Revolução Russa, já que, com Deleuze e Guattari, a revolução deve ser reconhecida como evento que permanece radicalmente aberto a novas percepções, afetos e perceptos, contrapondo-se ao ímpeto de construir uma narrativa histórica *a posteriori* que opere pela negação da diferença imanente que lhe é própria. O uso da expressão “revolução” em Deleuze e Guattari parece desafiar o imaginário que se estabeleceu acerca do tema, pois designa justamente o que excede as referências – unidade de pensamento, ideal histórico, descrição do real, etc. – pelo contrário da simples busca por um “legado

revolucionário” que poderia ser explicado e aprendido, os autores realizam uma filosofia verdadeiramente crítica e sem concessões, a partir da proposta de engajamento com o marxismo e deslocamento da filosofia política, na qual, o pensamento resiste ao espírito de seu tempo. A questão da revolução se coloca como problema para a filosofia da imanência, na medida em que se considera o político em bases metafísicas enquanto as ressonâncias concretas sobressaem a todo tempo. Assim, o conceito abandona os marcos de referências para que seja possível pensar a revolução em termos de consistência a partir das mais diversas conexões.

Quanto a Revolução Russa, para os que a celebram, há uma preocupação com o momento de derrocada dos movimentos revolucionários e da emancipação social. Aos que recriam a revolução percebe-se uma tendência de traçar uma correspondência dos eventos de 1917 com o Estado stalinista, bem como reconhecem a libertação russa com a queda da união soviética. Ambos parecem desconsiderar a relação entre as formações sociais e desejo, presas às exigências de uma imagem dogmática/régia do pensamento, também, desconsideram os agenciamentos e processos maquínicos determinantes. Por outro lado, assim como Deleuze e Guattari é importante permanecer marxista, em seu comprometimento político e sem estar preso a determinada tradição (ou memória das formações sociais), já que a filosofia política deve ter por preocupação a análise do Capital e seu desenvolvimento. Os autores atentam para a história universal do capitalismo e não concebem a filosofia política senão aquela capaz de confrontar o Capital e seus modos.

Não é exagero dizer que há um retorno do pensamento sobre a revolução e movimentos políticos radicais, depois de um certo período de dormência. A partir da filosofia de Deleuze e Guattari pensar a resistência e novas formas políticas na atualidade, implica compreender as máquinas produtoras das formas sociais sob a organização mundial do capital. Aliás, as mudanças redimensionaram o problema do Estado, a partir da *axiomática* do Capital que, oscilando entre os extremos “paranoico” e “esquizofrênico”, alcança todos os espaços. Talvez, mais do que nunca, é necessário sobrelevar a importância da feição micropolítica da revolução (seus devires revolucionários) diante da sociedade de controle e produção maquínica, para não se enganar sobre eventos da atualidade, que muitos consideram “revolução”, transposição contra o Capital ou ato transgressor, mas que passam por toda uma série de esterilidades e capturas. É de se entender as reticências de Deleuze e Guattari quanto à posteridade de “Maio de 68”.

Longe de ter uma leitura nostálgica desses acontecimentos ou apresentarem narrativa histórica capaz de confirmar certo ponto de vista, importa manter ativa a problematização dos devires revolucionários e processos desejanter. Nesse contexto, é essencial questionar os processos mais ou menos sub-reptícios de substituição dos problemas verdadeiramente importantes em favor de abordagens que busquem encontrar “soluções” estéreis... como no caso de se preocupar demais em reputar a revolução russa como “bem-sucedida” ou não...

## REFERÊNCIAS

**BERGSON**, Henri. Le possible et le réel. In: La pensée et le mouvant. Paris: Flammarion, 2014.

**DELEUZE**, Gilles; **GUATTARI**, Félix. L'Anti-Œdipe: Capitalisme et Schizophrénie 1. Paris: Minuit, 1972.

\_\_\_\_\_. Mil Platôs. 3.v. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

\_\_\_\_\_. Mil Platôs. 4.v. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

\_\_\_\_\_. Mil Platôs. 5.v. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012c.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que c'est la philosophie? Paris: Minuit, 1991.

\_\_\_\_\_; **PARNET**, Claire. Dialogues. Paris: Flammarion, 1996a.

\_\_\_\_\_. L'abécédaire de Gilles Deleuze. Dirigido por Pierre-André Boutang. Paris: Éditions Montparnasse, 1996b.

**DELEUZE**, Gilles. Différence et Répétition. Paris: PUF, 1969.

\_\_\_\_\_. Dois regimes de loucos, Textos e entrevistas (1975-1995). São Paulo: Editora 34, 2016.

\_\_\_\_\_. Foucault. Paris: Minuit, 1986.

\_\_\_\_\_. L'épuisé. In: **BECKETT**, Samuel. Quad et autres pièces pour la télévision. Paris: Minuit, 1992.

**LAZZARATO**, Maurizio. Signos, máquinas, subjetividades. São Paulo: Sesc (N-1 Edições), 2014.

**LOSURDO**, Domenico. War and Revolution. London: Verso, 2015.

**MIÉVILLE**, China. Outubro: História da Revolução Russa. São Paulo: Boitempo, 2017.

**PATTON**, Paul. Activism, Philosophy and Actuality in Deleuze and Foucault. In: Deleuze Studies. Vol. 04:2010. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2010.

**VAN DE WIEL**, Raymond. The Event of Revolution: Thinking the Radically New. Disponível em <http://documents.raymondvandewiel.org/events&revolutions.pdf>, acesso em 15/10/2017.

**SIBERTIN-BLANC**, Guillaume. Deleuze et l'Anti-Œdipe: la production du désir. Paris: PUF, 2010, p. 18/20.

\_\_\_\_\_. Politique et État chez Deleuze et Guattari: essai sur le matérialisme histórico-machinique. Paris: PUF, 2013.

**WERTH**, Nicolas. Histoire de l'Union soviétique. Paris: PUF, 2012.

**ZOURABICHVILI**, François. Deleuze et le possible (de l'involuntarisme en politique). In: **ALLIEZ**, Éric (Ed). Deleuze: Une vie philosophique. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 1998.